

É difícil acreditar que vai dar certo, analisa economista sobre meta fiscal

Alex Agostini, da Austin Rating, acredita que estratégia do Governo para aumentar arrecadação pode esbarrar em desgaste com o Congresso

Por **Redação** - 15:09 - 4 de junho de 2024



Alex Agostini

A economia brasileira vive um momento de incertezas sobre questões como o cumprimento da meta fiscal, a real intensidade dos impactos da tragédia no Rio Grande do Sul e a crise das gigantes do varejo. Esses serão alguns dos temas debatidos durante o painel de economia do Fórum MoOve On 2024, no próximo dia 5 de junho, no Expo Center Norte, em São Paulo (SP). Considerado um dos principais eventos corporativos do país, o MoOve On reúne as principais lideranças e analistas do mercado.

Um dos convidados da edição deste ano é o **economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini**. Em entrevista, ele analisou alguns dos temas que serão levados à mesa, em especial o desafio do atual Governo para cumprir a meta fiscal nos próximos anos.

Tendo em vista a questão fiscal, com mudança da meta e a crise no Rio Grande do Sul, o que podemos esperar para a classificação de risco do Brasil?

Por enquanto, na Austin, ainda não temos uma previsão de alterar a nota. É claro que o Governo sinalizou de forma negativa ao alterar a meta de 2025 e 2026 pois, indiretamente, ele diz que não fará esforços adicionais para reduzir despesas e, sim, fazer o possível para aumentar a receita e a arrecadação. Mas sabemos que isso tem um limite. Primeiro, pelos instrumentos legais, ou seja, há um desgaste junto ao Congresso, principalmente em ano de uma eleição importante para formar a base para o pleito de 2026. O Congresso não quer se indispor (com o eleitorado) e por isso tem um limite para aprovar medidas para aumentar arrecadação, mesmo que elas partam do Executivo. É complicado explicar isso à população comum. Vale lembrar que o que tinha que ser feito, em termos de arrecadação, já foi feito no ano passado. Neste ano o espaço será muito pouco. Fora isso, a atividade econômica está desacelerando. É um fato. Vai crescer neste ano? Sim, entre 1.9% e 2.2%, mas é menor do que no ano passado. Já vem perdendo fôlego.

O Banco Central também já indicou que irá desacelerar ainda mais o ritmo de corte (na taxa de juros), não de intensidade, mas de tempo. Isso tem, naturalmente, impacto no crescimento econômico e na arrecadação. Adicionalmente, veio a tragédia no Rio Grande do Sul que já está consumindo recursos públicos, tanto que o Governo já está negociando com o Congresso para tirar da meta fiscal toda essa ajuda ao Estado gaúcho. A gente sabe que, depois, para recuperar, vai ser ainda mais difícil porque o Governo não apresentou nenhum plano de privatização, nem um plano de redução de despesas.

Mas se a sinalização dada é muito mais negativa, por que, então, aguardar um pouco mais?

Em abril, nós economistas que participamos do Prisma Fiscal tivemos uma reunião com o Guilherme Mello (Secretário de Política Econômica), com a Débora Freire, que é subsecretária de Política Fiscal, e com o Robinson Barreirinhas, que é secretário da Receita Federal. Todos eles estão relativamente otimistas com a arrecadação. Em qual sentido: arrecadação não administrada pela RFB. Ou seja, não são aqueles impostos recorrentes que estão relacionados à atividade econômica, investimentos e renda. Para nós, economistas, fica difícil estimar qualquer arrecadação sendo que essa citada entra numa rubrica que é não recorrente. Há uma previsão deles, segundo o Barreirinhas, de “x” bilhões de arrecadação adicional, mas a gente não enxerga e o Governo também não pode falar por envolver grandes empresas.

Quando temos uma assimetria de informações, fica difícil acreditar que vai dar certo. Vira mais uma torcida do que um fato concreto. Essa reunião foi boa, pois mostrou que há uma luz no fim do túnel, mas precisamos esperar esse cenário se tornar uma realidade antes de se posicionar. E isso deve acontecer ao final deste ano.

Historicamente, o Governo petista é gastador e, ao que tudo indica, está “empurrando a meta fiscal com a barriga” para os próximos anos. Você acredita que, em algum momento, esse Governo irá buscar essa meta?

É difícil acreditar, se a gente tem uma LRF que é muito boa e já está se deteriorando, um teto de gastos muito bom que se deteriorou, eu posso dizer que o arcabouço fiscal praticamente morreu. Acho impossível cumprir a meta com essa postura do Governo. Sem qualquer plano de redução de despesas ou plano de vendas de ativos. Além da relação um pouco desgastada com o Congresso. Portanto, vai ser difícil aumentar mais a arrecadação. Vai começar a aparecer alguns penduricalhos, como um DPVAT da vida.

Ainda falando em classificação de risco, estamos vendo as varejistas brasileiras entrando em Recuperação Judicial. Como você enxerga o mercado de varejo? Há uma classificação nesse setor?

Apesar de termos restrição sobre recomendações e avaliações neste sentido, devido às normas da CVM, nós acompanhamos este mercado. Depois do caso da Americanas, as grandes varejistas entraram nos holofotes do mundo e, claro, estão com um problema já há algum tempo. Hoje, avaliando não diretamente, pois a gente não avalia o risco corporativo delas, mas indiretamente os balanços que vêm sendo divulgados, infelizmente é uma fotografia muito ruim. E com uma dificuldade de performance. Inclusive, algumas famílias que são majoritárias dessas empresas terão que fazer aportes pela sobrevivência das companhias e, cada vez mais, nós vamos ver Recuperação Judicial e negociações com credores.

Olhando uma classificação de análise de balanço, que nós pegamos de AA até H, que é a resolução 2682 do Banco Central, hoje a maior parte das varejistas está na parte de baixo: E, F e H. Ou seja, de altíssimo risco. Inclusive, sobre algumas, a gente recomenda não conceder crédito. Ou conceder mediante algumas contrapartidas.

Mas são vários problemas, alguns deles de estratégia interna. Crescer desenfreadamente quando a maré é positiva cria-se um risco quando a maré baixa. No Brasil, muitos empresários querem surfar numa onda e esquecem que ela tem fim.

Sobre o impacto do RS no crescimento do país: você falou de um crescimento de 1.9% a 2.2%. Haverá um impacto maior no PIB ou a tragédia já está nessa conta?

Ainda não tem como a gente mensurar qual será a intensidade, mas não há dúvida de que haverá um impacto. Porque o Rio Grande do Sul é um grande produtor de grãos, e a agropecuária no Brasil, ano passado, foi o grande fator do crescimento econômico. Só que o RS não é só isso. Tem toda a parte de turismo, da indústria e serviços, então temos que naturalmente aguardar um pouco mais para saber qual a intensidade.

O Governo trabalha com a projeção de crescimento de 2.2% podendo chegar até 2.5%, mas, dada a atual conjuntura, é mais provável uma redução dessa projeção ao invés dela ser mantida ou aumentada, como alguns estavam ventilando antes mesmo da tragédia. E a Austin vai continuar com 1.9%. A gente já acreditava nisso porque no segundo semestre deve perder força, principalmente com essa mudança no plano de voo do Banco Central em relação à queda de juros.